

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2017 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2017

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a primeira sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de fevereiro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária -----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram a reunião os membros Srs. José Manuel Afonso Rodrigues e Diogo Martins Cardoso .-----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Esteve também presente na sessão a Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:-----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Correspondência recebida no período compreendido entre 29 de novembro de 2016 e 27 de fevereiro de 2017.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão.-----

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal à Sessão do Órgão Deliberativo:**-----

----- **Sr. José Luís Lopes Ramos**, por requerimento registado em 02 de dezembro de 2016, comunica que não pode comparecer à sessão do dia 29 de novembro e solicita a justificação da respetiva falta.-----

----- **Sr. José Manuel Afonso Rodrigues**, por e-mail registado em 24 de fevereiro de 2017, comunica que não pode comparecer à sessão do dia 27 de fevereiro de 2017 e solicita a justificação da respetiva falta.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar os pedidos e justificar as respetivas ausências. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros, cujas declarações se transcrevem: -----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, interpelou o Município relativamente ao acidente mortal acontecido na povoação do Couto Mineiro de Lagares - Lousadela, uma vez que a vala ou buraco, onde foi encontrado o corpo sem vida, se encontraria com falta de sinalização/proteção adequada; pelo que teve conhecimento tal vala ou buraco destinar-se-ia à colocação de um poste de eletricidade na via pública e que o mesmo já se encontrava aberto há demasiado tempo. Dado que a obra se desenvolve

Ata N.º 01/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

na via pública, independentemente de quem for a empresa responsável pela mesma, lembra que é aos serviços municipais que compete a fiscalização das condições de segurança e sinalização de tais obras, com vista á proteção dos munícipes, e que os serviços de fiscalização deverão estar mais atentos às mesmas e não só às pequenas obras particulares, dando mais atenção às obras públicas ou levadas a cabo em espaço público por forma a que sejam cumpridas as normas de segurança não só para os trabalhadores mas também para terceiros. Tendo em conta estas considerações falou também numa obra em concreto, que se desenvolve na estrada de Cerdeira para o cruzamento com a estrada para S. João de Tarouca, onde a sinalização e segurança se encontram de forma insuficiente, prejudicando a circulação dos moradores e utilizadores daquela via, situação para a qual solicita a atenção dos serviços municipais.-----

----- O Sr. Fernando Félix referiu o seguinte: -----

“Reitero o assunto/chamada de atenção efetuada pelo Eng.º José Manuel e lamento a morte do meu conterrâneo e nosso munícipe, o Adriano da Lousadela.

Quero reforçar a chamada de atenção para a necessidade da Câmara exigir o cumprimento das normas de segurança na realização de obras públicas e, introduzindo outro elemento, o ter cuidado com o tempo de execução, isto porque segundo algumas pessoas me disseram os buracos para instalação dos postes desde as casas até à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) estariam abertos à cerca de dois meses, ou seja muito tempo.

Assim deixo o meu lamento e o alerta no sentido de evitarmos acidentes como o que agora ocorreu e vitimou uma pessoa.”

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, se a chamada “Casa das Caldeirinhas”, já foi adquirida pela Câmara Municipal.-----

----- Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Câmara, antes de responder à questões levantadas pelos membros da Assembleia, começou por convidar todos os presentes a participarem nas comemorações do feriado Municipal de dois de março. Nesse dia será inaugurado o Centro de Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira com a presença de representantes da Rede de Judiarias de Portugal.-----

----- Relativamente às obras que estão a decorrer na Lousadela, o Sr. Presidente informou que esteve no local, e que verificou que estavam a ser cumpridas todas as normas de segurança. -----

----- Quanto à questão das fachadas das casas da zona antiga da vila, o Sr. Presidente informou que existem ações de financiamento para este tipo de situações e que os particulares se assim o entenderem podem candidatar-se.-----

----- Quanto à casa das Caldeirinhas, ou do Brasileiro como é também conhecida, o Sr. Presidente informou que está em negociações com os proprietários, com vista à sua aquisição, e que já tem uma equipa de arquitetos a elaborar um estudo/projeto com vista à requalificação quer daquela casa quer do espaço envolvente. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de novembro do ano de 2016,** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 27 de novembro do ano de dois mil e dezasseis. -----

----- O Sr. José Luís Lopes Ramos não participou na discussão e votação da ata dado não ter estado presente daquela reunião.-----

----- **b) Firma J. Morais e Lages, Lda, sociedade por quotas com sede na Rua Central, n.º 893, na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, representada pela Sr.ª Maria Ester Loureiro Veloso, residente na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro** – Por requerimento registado em 26 de dezembro de 2016, e ao abrigo do artigo 5.º do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, requer a regularização do licenciamento de um núcleo de aviários, constituído por três pavilhões, sítios no Lugar de Portinho, povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro – Processo n.º 151/2016 – Parecer Técnico n.º PL-004/2017, de 4 de janeiro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Instrução do processo – Desconformidade da localização das edificações com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares – Proposta de deliberação ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 20 de janeiro de 2017.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 19 de janeiro, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 20 de janeiro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi aprovado um Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (doravante RERAE), que definiu o regime de regularização de estabelecimentos e

Ata N.º 01/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

2. Aquele regime entrou em vigor em 2 de janeiro de 2015, mantendo-se válido para os pedidos de regularização, alteração ou ampliação previstos no apresentados no prazo de um ano a contar daquela data, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 3.º.

3. Entretanto foi publicada a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, entrada em vigor em 24 de julho de 2016, que prorrogou por mais um ano, a contar desta data, e com efeitos retroagidos a 2 de janeiro de 2016, o prazo previsto no n.º 1 do artigo 3.º do RERAE.

4. Aquela lei veio ainda promover a extensão do RERAE, estabelecendo que para além das situações a que se refere o artigo 2.º do RERAE, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º deste decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do RERAE, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 1.º do RERAE, os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

5. Os pedidos de regularização são apresentados à entidade coordenadora ou licenciadora, instruída nos termos do artigo 5.º do RERAE, complementado com os elementos constantes da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, integralmente aplicável aos pedidos de regularização.

6. Verificando-se desconformidade da localização das edificações destinada à atividade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE, que os pedidos de regularização devem ser instruídos com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na

regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

7. Em 26 de dezembro de 2016 foi apresentado nesta Câmara Municipal requerimento da firma J. Moraes e Lages, Lda, pessoa coletiva com o número 501 211 071, sociedade por quotas com sede na Rua Central, n.º 893, na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, representada pela Sr.ª Maria Ester Loureiro Veloso, contribuinte fiscal número 195 018 036, residente na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, requerendo a legalização de um núcleo de aviários, em funcionamento há mais de trinta anos, sitos no Lugar de Portinho, povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, propriedade da referida sociedade, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, dado este Município ser a entidade licenciadora da atividade económica em causa, e tratar-se de edificações que nunca foram alvo de licenciamento por parte do Município.

8. Aquele processo de licenciamento foi registado nos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) sob o n.º 151/2016, sendo objeto da Informação n.º PL-004, de 4 de janeiro de 2017, anexa à presente proposta e apensa ao processo, na qual se descreve que o edificado existente é constituído por três pavilhões, devidamente inscritos na respetiva matriz predial urbana e com registo predial em nome da referida firma, que ocupam uma área de dois mil e cinquenta metros quadrados, verificando-se contudo desconformidade da localização das edificações com os instrumentos de gestão territorial em vigor vinculativos dos particulares, nomeadamente a área sobre que incidem as edificações ser insuficiente para a edificação deste tipo de edifícios, os quais também não respeitam os índices previstos no artigo 42.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva.

9. Nesta conformidade, para que o processo de legalização/regularização do referido núcleo de aviários, com eventual alteração e ou ampliação, possa seguir os trâmites previstos no RERAE, o processo deverá ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, conforme estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE.

Assim, face ao exposto, e sem prejuízo dos demais procedimentos considerados necessários para completa regularização do processo de licenciamento, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para submissão à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de

Ata N.º	01/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

julho, que delibere reconhecer o interesse público municipal na regularização do licenciamento do núcleo de aviários, em funcionamento há mais de trinta anos, sitos no Lugar de Portinho, freguesia do Touro, deste Município, propriedade da firma J. Morais e Lages, Lda, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade gerados pela atividade desenvolvida e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde se inserem aqueles aviários, caracterizada por uma forte desertificação e migração. “

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- **c) Revogação da adesão do Município à Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul (AMBADS)** – Apreciação e votação de Proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 03 de fevereiro de 2017.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 03 de fevereiro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sessão ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 1987, certamente ao abrigo da alínea h), do n.º 2, do art.º 39.º da então Lei das Autarquias Locais aprovada pelo Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária que teve lugar no dia 12 de novembro de 1986, autorizou o Município a constituir e a integrar-se na designada Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, adiante notada por AMBADS ou Associação, tendo os respetivos Estatutos sido publicados na 3.ª Série do Diário da República n.º 244, de 23 de outubro de 1987.

2. Aquela AMBADS, com sede em Viseu, na Câmara Municipal, composta por 21 municípios, foi constituída por tempo indeterminado, tendo por objeto a defesa e o reforço do poder local e do municipalismo, a cooperação entre os municípios associados e a participação conjunta em projetos de interesse regional (art.º 2.º, n.º 1, dos Estatutos).

3. Muito embora este Município faça parte da referida Associação, certo é que se desconhecem, pelo menos nos últimos 25 anos, quaisquer atividades desenvolvidas por aquela Associação, nunca tendo sido paga sequer a contribuição financeira para as suas despesas de funcionamento e a que se refere o art.º 4.º dos Estatutos.

4. Veio o Digníssimo Tribunal de Contas em finais do ano transato solicitar a apresentação tempestiva da conta de gerência referente ao ano de 2015 da referida Associação. Após contactos havidos com a Câmara Municipal de Viseu, foi obtida a informação de que aquela associação nunca desenvolveu quaisquer atividades assinaláveis, e há já muitos anos que não se realizam sequer reuniões dos respetivos órgãos representativos, não havendo assim condições para apresentar a referida conta de gerência, ou de qualquer outra gerência, por inexistência de atividade.

5. O Município de Vila Nova de Paiva não tem qualquer interesse em continuar a integrar a referida Associação, até porque integra outras organizações com quem mantém atividade permanente e profícua, como é o caso da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), e a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB).

6. Assim, independentemente de quaisquer diligências conducentes à dissolução da Associação nos termos previstos no art.º 22.º, n.º 1, dos respetivos Estatutos – mediante deliberação de quatro quintos dos membros da assembleia geral – julgo dever ser proposto à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva a revogação da sua deliberação de 27 de fevereiro de 1987, com a consequente revogação da adesão do Município à referida Associação.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Revogar a sua deliberação de 12 de novembro de 1986, de aprovação de proposta à Assembleia Municipal para integração do Município na AMBADS;

b) Propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do art.º 25.º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de setembro, conjugada com o artigo 181.º do Código Civil, revogue a sua deliberação de 27 de fevereiro de 1987 de autorização de adesão do Município à referida Associação, com a consequente cessação da sua participação na Associação.

Da deliberação de revogação da adesão do Município à AMBADS será dado conhecimento ao Tribunal de Contas.”

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos esta Associação.-----

----- Abertas as inscrições e não tendo havido inscrições o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----

Ata N.º 01/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **d) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 29 de novembro de 2016 e 27 de fevereiro de 2017; ---

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de janeiro a 27 de fevereiro, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimento de lista de processos judiciais em curso.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. -----

----- O Sr. Fernando Félix pediu esclarecimentos breves sobre o objeto dos dois processos mais recentes que constam da "Lista de processos judiciais em fevereiro de 2017", a qual foi distribuída nesta data pelos membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos considerados necessários.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve público presente na reunião.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram quinze horas e vinte minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente minuta da ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

